

-----ATA N.º 1 DE 28 DE FEVEREIRO -----

-----Aos vinte e oito dias de fevereiro de 2024, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----1 – Proposta n.º 1/CM/2024 - Taxa do imposto municipal sobre imóveis respeitante ao ano de 2023 – dedução fixa para agregados com famílias dependentes – correção decorrente da publicação da Lei n.º 56/2023, de 6/10/2023; -----

-----2 - Proposta n.º 2/CM/2024 - Discussão e votação da 1.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2024 da Câmara Municipal de Torres Vedras; -----

-----3 - Proposta n.º 3/CM/2024 - Discussão e votação da 1.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2024 - mapa da demonstração do desempenho orçamental de 2023 e integração do saldo da gerência de execução orçamental de 2023 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----

-----4 - Proposta n.º 4/CM/2024 - Apreciação de declarações para cumprimento do art.º 15.º, da Lei n.º 8/2012 de 21/02, na sua atual redação, dos Serviços Municipalizados de Água Saneamento; -----

-----5 - Proposta n.º 5/CM/2024 - Discussão e votação da proposta de alteração da Estratégia Local de Habitação em Torres Vedras; -----

-----6 – Proposta n.º 6/CM/2024 - Autorizar a proposta de oferta pública de aquisição de habitação ao abrigo do Programa 1.º Direito - Programa de apoio ao acesso à habitação; -----

-----7 - Proposta n.º 7/CM/2024 - Discussão e votação do Plano Municipal de Ação Climática de Torres Vedras; -----

-----8 - Proposta n.º 1/AM/2024 - Informação das comissões; -----

-----9 – Proposta n.º 2/AM/2024 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----

----- Informação sobre competências delegadas: -----

-----9.1 - Proposta n.º 3/AM/2024 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

-----10 - Proposta n.º 4/AM/2024 - Votos, moções e recomendações; -----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segunda secretária). -----

----- Estava presentes os deputados municipais que se passam a indicar: -----

----- António Augusto Ferreira dos Anjos, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro Neves Rui, José Prudêncio, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva,

Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Marta Filipa Sousa Geraldês, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Marco António Figueiredo Branco, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Sónia Alexandra Ferreira Patrício, Carlos Alberto Pontes Filipe, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Tomás Horta Lourenço, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Artur Alexandre Santos Narciso, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, António José Silva Alves, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, David Alves Gomes Lopes, Paulo Dinis Faustino Valentim (em substituição de Sérgio Simões), Francisco da Cruz Branco da Silva (em substituição de José Vale Paulos) e Sílvia Alexandra Bairrada Correia Vaz (em substituição de João Tomaz).-----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Dulcineia Basílio Ramos e Dina Teresa Almeida (em substituição de Duarte Pacheco)-----

-----O **presidente da mesa** deu início à sessão, com as habituais informações sobre a metodologia dos trabalhos e algumas notas, nomeadamente em relação ao Carnaval, desde logo para endereçar os parabéns a todos os envolvidos na sua organização, em especial, na pessoa do seu presidente, à Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães pelo excelente trabalho realizado, porque o Carnaval é uma das manifestações mais importantes e de referência do concelho. -----

-----Também referiu que em sede da Comissão Permanente de Líderes foi aprovado, sob sua proposta, a realização de um colóquio comemorativo da implantação do poder local democrático no concelho, que terá lugar nesta mesma sala no dia 13 de abril, às 17.00h, integrado nas comemorações dos cinquenta anos do 25 de Abril e ainda que já tinha sido disponibilizado a todos os deputados o calendário anual das sessões da assembleia municipal, assim como de todas as reuniões das comissões, do qual realçou a sessão comemorativa do 25 de Abril, nesse mesmo dia, e a sessão ordinária no dia 29, com a possibilidade de extensão para o dia 30. -----

-----Por último lembrou que já foram solicitados os relatórios relativos a 2023 de todos os deputados municipais que representam a assembleia nos mais diversos organismos e instituições, para serem apreciados na sessão ordinária de abril, incluindo os relatórios das comissões permanentes. -----

-----De seguida abriu o **período aberto à intervenção do público**, para o qual a Mesa tinha

recebido quatro inscrições. -----

AGRADECIMENTO – PETIÇÃO - CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO PERCURSO ENVOLVENTE DO EXTERNATO DE PENAFIRME APROVADA EM 28/06/2023: -----

-----A **cidadã Ana Maria Laurentino Alves** disse que veio ao plenário expressar a sua sincera gratidão em nome de toda a comunidade educativa do Externato de Penafirme pelas recentes alterações de trânsito implementadas, bem como passadeiras, sinalização vertical e um corredor pedonal na área envolvente do Externato. -----

-----Assinalou que foi evidente a consideração dedicada à petição apresentada, pelas alterações de trânsito que não apenas melhoraram a segurança de toda a comunidade que se desloca a pé, mas também contribuíram para uma melhoria na fluidez do tráfego, e pela maneira como viram as preocupações da comunidade e agiram para implementar soluções que mostrou um compromisso genuíno, para o bem estar de todos, sabendo que decisões como esta podem ser difíceis, mas estão gratos pela determinação demonstrada pela Câmara Municipal de Torres Vedras, pela União de Juntas de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira em fazer o melhor para todos. -----

-----Por último deixou a nota que aguardam resposta ao pedido que fizeram à E-Redes para colocação de iluminação na via pública frente ao Externato e que sempre atentos ao bem-estar da comunidade, esperam continuar a trabalhar em colaboração com a Assembleia Municipal, Câmara Municipal, Junta de Freguesia e todas as instituições locais. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE: -----

-----O **cidadão Jorge Carvalhal** apresentou-se em nome das pessoas da aldeia onde nasceu, Casais de Santo António, e da aldeia onde possui residência atualmente, Vila Seca, mas também das demais aldeias pertencentes à União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, que o abordaram para manifestar a sua estranheza e indignação pela notícia de que possivelmente iriam deixar de ter serviço de saúde no Maxial para passarem a ter de deslocar-se ao posto do Ramalhal. -----

-----Pelo que lhe foi dado conhecer do processo de decisão em questão, e que lhe causou alguma perplexidade, não podem aceitar que um assunto desta natureza possa ter sido decidido à revelia dos interesses das populações afetadas. -----

-----Com efeito, tendo por base uma decisão de construção de novas instalações para o posto de saúde do Ramalhal, a qual terá sido motivada pelo aproveitamento do PRR, quer-se aproveitar a ocasião para remodelar a oferta de serviços públicos de saúde na zona norte do município, isto por um lado, sem que se conheçam quaisquer estudos, que fundamentem séria e objetivamente essa remodelação e, por outro, sem que atempadamente tivesse sido divulgada publicamente qualquer intervenção/participação dos eleitos locais na análise ponderada dessa decisão de

remodelar essa oferta de serviços de saúde nas freguesias no norte do concelho.-----

-----Reforçou ainda estranhar-se a falta de comunicação atempada às populações atingidas, quer por parte dos serviços de saúde, quer por parte dos eleitos locais. -----

-----Por último disse que certamente todos estarão de acordo que a conveniência de funcionamento dos serviços de saúde, ou dos próprios funcionários não pode sobrepor-se ao direito dos cidadãos a cuidados de saúde primários de proximidade em condições de igualdade, esperando que a decisão em questão possa ser reponderada e revertida, de modo a evitar que as populações afetadas venham a ter mais um motivo de indignação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE:-----

-----A **cidadã Maria Manuela Baptista** começou por referir que a recém-criada USF “Arcos de Murta” refere na sua página de cuidados de saúde primários como valores, a conciliação a articulação, a solidariedade, mas destinando-se a servir a população das 3 freguesias, ao adotar o nome da freguesia do Ramalhal “Arcos de Murta” questiona onde está a conciliação.-----

-----Referiu também que retiraram equipamentos sem dar uma palavra ao presidente da Junta da União das Freguesias do Maxial e Monte Redondo. -----

-----Lembrou que em vários momentos, foram dadas instruções por um elemento da direção executiva do SNS para a manutenção dos polos aquando da criação da USF, o que implica a continuidade de oferta dos serviços aí prestado à população, contudo, há restrições na oferta de serviços, o que a leva a interrogar-se onde está a articulação.-----

-----Fizeram sentir junto dos responsáveis por aquela unidade, a falta de transporte público, a fragilidade dos idosos no que respeita à solvabilidade, condição económica, condição física, mas a única oferta pela equipa da USF, na unidade do Maxial limita-se às consultas infantis, interrogando-se onde está a solidariedade.-----

-----Deu nota de seguida que a unidade de saúde do Maxial, foi recentemente visitada por algumas figuras públicas do concelho, e também pela presidente do Conselho de Administração da ULS Oeste, todos manifestando o seu apoio pela manutenção dos polos e também a Assembleia Municipal se pronunciou em 27 de setembro, aprovando por unanimidade petições para o não encerramento dos polos do Maxial e de Campelos. -----

-----Prosseguiu questionando onde está o tal falado equilíbrio, ao estar afixada na sede da USF, uma lista com 4 médicos e só um deles a prestar serviço e uma vez por semana no Maxial, quando a distribuição da população residente pelas 3 freguesias não é assim tão díspar. -----

-----Reforçou que não aceitam que lhes digam que a nova filosofia dos médicos “trabalhar em equipa” sejam obstáculo à oferta de serviços prestados nos polos, pois atualmente com as novas tecnologias, para o trabalho em equipa não há “longe nem distância”.-----

-----Aproveitou para agradecer todo o apoio dado pelas entidades que visitaram a unidade de Saúde do Maxial e puderam comprovar as boas instalações para os serviços prestados, testemunhado pelas palavras do deputado municipal Pedro Castelo que citou, “tomara que muitas unidades de saúde, tivessem estas condições”, ao invés das atuais instalações na sede onde alguns utentes se queixam que a privacidade no atendimento deixa muito a desejar. -----

-----Também agradeceu o apoio manifestado pela Comissão de Saúde da Assembleia Municipal, aproveitando para apelar a que todos os que mostraram o seu apoio que passem das palavras à ação e façam acontecer. É isso que a população da freguesia espera, é que sejam pró-ativos, é que haja a continuidade de todos os serviços prestados até ao momento em matéria de consultas programadas e cuidados de enfermagem. -----

-----Por fim agradeceu à edil o apoio dado pela autarquia na colocação de uma funcionária para oferta do serviço “Balcão SNS”, mas que não é suficiente, apelando que obtenha e divulgue uma resposta, ou seja, se USF “Arcos de Murta” foi aprovada, com ou sem polos, e se foi aprovada com polos tem de haver continuidade na oferta de serviços sem quaisquer restrições e espera que o período pós-eleitoral não congele a sua boa vontade e solidariedade com esta causa que é uma questão de justiça social. -----

-----Enquanto membro da Comissão de Defesa da Extensão de Saúde do Maxial, também se pronunciou sobre o assunto o cidadão **José Augusto de Carvalho**, e dizendo-se amargurado vinha, mais uma vez, à procura de quem acrescente voz em favor dos que não têm voz e são vítimas de “insensibilidade social”. -----

-----No caso vertente, fez notar que não se trata de falta de médicos ou outros profissionais de saúde, pois existem 4 médicas, 4 enfermeiras e outros tantos profissionais concentrados no Ramalhal a trabalhar em regime especial de 40 horas semanais, supostamente para prestar cuidados de saúde a 3 freguesias, ou uniões de freguesia. -----

-----Trata-se da Unidade de Saúde Familiar, com sede em Ramalhal e polos em Maxial e Campelos, 2 locais onde têm funcionado desde há décadas em instalações adequadas, extensões do Centro de Saúde de Torres Vedras e esta reorganização, visaria uma melhor prestação de cuidados, até porque os profissionais são substancialmente mais bem remunerados. -----

-----Continuou referindo que a realidade é que os polos são uma mistificação, pelo menos nestes primeiros meses de atividade, já que no Maxial, em janeiro, houve cuidados de saúde apenas em 3 tardes, durante um mês, e em fevereiro não mais do que isso, sendo o lema “doentes da União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, mesmo idosos sem transporte próprio, venham até nós, qualquer que seja o percurso que tenham que efetuar.” -----

-----Referiu ainda que há cerca de 40% de idosos na população, muitos sem transporte próprio e colocando-se na pele de uma dessas pessoas desfavorecidas, deu uma visão detalhada, em

termos de dificuldades, custo e tempo, do percurso até ao Ramalhal que ele próprio efetuou.-----

-----Lembrou neste contexto, a Lei de bases da saúde, que consagra que as pessoas são o elemento central na organização e funcionamento dos serviços de saúde e que deve estar garantida a equidade na distribuição dos recursos, nomeadamente as 4 médicas. Referiu ainda que no regime jurídico das unidades de saúde familiar está estabelecido, o princípio da conciliação, traduzido na prestação de cuidados assentos nas necessidades e nas preferências de utentes e no caso do Maxial estão a anos luz da aplicação deste princípio. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE – RUNA: -----

-----O cidadão **Carlos José Ruivo de Jesus**, começou por dizer que é membro da Associação Runa Viva e vinha falar da modernização da linha do Oeste. -----

-----Defendeu que a população de Runa, passados 4 anos de muita luta, continua sem saber o que se irá passar e gostariam de participar no processo de modo a que todos os projetos possam ficar o mais funcionais possíveis, mas até agora nem da parte da Infraestruturas de Portugal (IP) nem da câmara municipal tem existido qualquer tipo de informação. -----

-----Lembrou que há uns meses atrás, foi falado que quando a IP, tivesse os planos elaborados seria feita uma reunião pública informativa com a participação da população de Runa, mas oficialmente continuam sem saber de nada. -----

-----Lembrou ainda que se não fossem os protestos da população de Runa a subestação de tração estaria agora a ser construída mesmo no coração da aldeia, e embora tenham indicação que a nova localização foi a sugerida pela Plataforma Runa Acontece, a promessa de explicar à população continua por cumprir.-----

-----Assim questionou se já existe projeto para a subestação de tração, e se continua em aberto a realização de uma reunião pública com a população de Runa.-----

-----Questionou ainda se já é conhecida a concretização da deslocação do apeadeiro de forma efetiva para junto do parque verde de Runa, qual será o tipo de apeadeiro e se existe projeto.-----

-----Por último, em relação às infraestruturas de apoio a serem construídas, (ponte sobre o rio Sizandro e estacionamento de apoio ao apeadeiro) inquiriu se já existem projetos, e em relação à supressão da atual passagem de nível, se já existe projeto para uma passagem superior. -----

-----Disse ter consciência que algumas das respostas são da responsabilidade da IP, mas a câmara municipal poderia intervir para ajudar a clarificar esta situação. -----

-----Concluiu reforçando que os runenses dão muita importância à participação civil e querem participar naquilo que está dentro do perímetro da aldeia e como têm assistido em outras localidades que os projetos da modernização da Linha do Oeste estão a ser simples factos consumados sem que os tenham discutidos com as populações locais, gostariam que em Runa

fosse diferente.-----

----O **presidente da Assembleia** disse as questões seriam feitas por escrito à Senhora Presidente e posteriormente respondidas.-----

----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

----O primeiro secretário António Fortunato leu os três documentos recebidos pela mesa, que foram numerados e rubricado, e que irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 1:-----

----E-mail de Sérgio Augusto Nunes Simões, de 23/02/2023 a informar que não poderá estar presente na sessão e será substituído nos termos legais, encontrando-se presente Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

DOCUMENTO 2:-----

----E-mail de José António do Vale Paulos, de 23/02/2024 a remeter pedido de justificação de falta à sessão, por motivos de saúde, sendo substituído, por indicação do líder da bancada, por Francisco Branco da Silva que se encontrava presente.-----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO Nº 1 DA ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 3:-----

----E-mail da junta da União das Freguesias de Dois e Runa, de 28/02/24 a informar que o presidente da junta João Francisco Mota Tomaz será substituído pela secretária do executivo Sílvia Vaz.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR ARCOS DE MURTA – RAMALHAL:-----

----Voltando ao assunto em título já abordado por alguns cidadãos que fizeram uso da palavra, no início da sessão, *deputado municipal Francisco Corvelo* disse que a página 16 do jornal Badaladas do passado dia 16/02 era totalmente ocupada por um artigo da responsabilidade da Comissão de Defesa da Unidade de Saúde do Maxial, que o PCP reputa de muito interesse e que releva.-----

----Argumentou que sendo os “Arcos de Murta” um símbolo da freguesia do Ramalhal, a denominação da USF abrangendo as freguesia do Ramalhal, Maxial, Monte Redondo, Campelos e Outeiro da Cabeça como unidade de saúde familiar “Arcos de Murta” eliminando todas as restantes freguesias, é uma provocação, e acrescentou outras provocações como o facto de no

passado mês de janeiro, terem sido efetuadas 3 tardes de prestação de cuidados de saúde infantil, no Maxial, quando são os idosos que mais necessidade têm de cuidados de saúde e maior dificuldade apresentam de se deslocar à USF “Arcos de Murta” no Ramalhal ou aquela outra de retirada das secretárias e computadores da unidade de saúde do Maxial sem pelo menos uma justificação fosse dada ao presidente da junta.-----

----Defendeu que são provocações em excesso promovidas por alguém, que numa primeira fase teve a complacência da presidente da Câmara Municipal, que passivamente aceitou a ameaça da atual responsável pela USF do Ramalhal hoje “Arcos de Murta”, de que, ou era como ela queria, leia-se “o encerramento dos polos de Maxial e de Campelos ou ia embora” mas ainda mais, assumindo o compromisso de fazer obras na antiga escola primária para albergar provisoriamente os gabinetes necessários ao funcionamento desta USF. -----

----Acrescentou que se é verdade que no meio deste processo se verificou um recuo da parte da presidente da Câmara Municipal e muito bem, de se recusar a avançar com as obras na antiga escola primária, sem que fosse garantido o funcionamento dos polos, logo veio a Junta de Freguesia do Ramalhal salvar as “honras do convento” e arranjar uma solução para o caso. -----

----Assim, para o PCP este caso na verdade ultrapassa o simples conceito de provocação, e “traíçozinha político partidária” é uma possibilidade a admitir, pois, sendo a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia do Ramalhal do PS, não vislumbram outra forma de o considerar, só que estariam a entrar no domínio interno de vida do PS, coisa que se recusam liminarmente a fazer.---

----De qualquer forma, consideram que não só tudo isto é demasiado nubloso para o entendimento dos cidadãos, nomeadamente dos cidadãos de Maxial e de Campelos, como não se compreende a inação e o silêncio por parte da Câmara Municipal e, nomeadamente, por parte da presidente da Câmara em relação a tudo isto, sendo explicações e ações exigidas com urgência em todo este processo. -----

----Na senda desta intervenção, o presidente de junta da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, **José Damas Antunes** disse que queria reforçar aquilo que já foi dito sobre os problemas de saúde, mas mais focado no polo de Campelos. -----

----Assim, registou que com a entrada em funcionamento no início do ano da ULS, no polo de Campelos mantém-se mais ou menos a situação como vinha detrás, mas estão muito expectantes quanto ao seu funcionamento, e embora reconhecendo o esforço que a ULS está a fazer, tentando melhorar alguma coisa, há um receio patente que se esteja a acalmar as pessoas e a criar hábitos para as levar à USF de “Arcos de Murta” no Ramalhal. -----

----Nesta sequência lembrou as deliberações tomadas pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de que a USF a ser criada teria que ter o polo de Campelos a funcionar, sendo o desejado que prestem serviços com equipas completas durante vários dias por semana, e não

algumas horas, esperando que a Comissão Permanente de Saúde e a Câmara Municipal acompanhem de perto estas situações e reforcem a opinião que têm, ou seja, devem ser os médicos a deslocar-se ao encontro dos utentes e não o contrário, quando esse número o justifica.

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, disse que não era para intervir hoje sobre esta matéria, mas depois ouvir o público sobre uma preocupação que os enlaça a todos, no mínimo esperava por parte da senhora presidente da Câmara umas palavras, não sabendo se não quis comentar ou não achou oportuno, pelo que gostaria de assinalar que teve oportunidade de se deslocar, por duas vezes ao Maxial, teve a companhia do presidente de junta na visita que fez o polo de saúde dos Campelos e brevemente visitará o polo do Maxial e do Ramalhal.-----

-----Viu que há uma situação preocupante que é crescente no concelho e que contraria tudo aquilo que lhes foi dito no plenário recentemente, em relação à manutenção dos polos em todo o concelho de Torres Vedras, e se é um facto que continuam abertos, não quer dizer que estejam funcionais e menos ainda que sirvam os interesses reais das populações.-----

-----Reforçou que não veste qualquer camisola partidária, mas precisam de perceber, até porque foi aprovado de forma unânime nesta assembleia estas preocupações, que há um interesse em defender todos aqueles que realmente não têm voz, como já foi dito e para isso é preciso passar das palavras aos atos.-----

-----Sobre a nova unidade de saúde familiar no Ramalhal disse que é factual que existem 4 médicas, uma saiu do Maxial, outra saiu da Maceira, e outra saiu de S. Pedro da Cadeira.-----

-----Disse ainda acreditar que tem tudo a ver com um novo modelo de gestão da saúde que às vezes não conseguem entender e embora compreendendo as intenções e anseios destes profissionais de saúde, entende que não podem continuar com medo da classe médica sob risco de continuarem a recuar e qualquer dia ficarem com mais polos encerrados, pelo que questionou a presidente da Câmara, que desde a primeira hora comunga destas preocupações, o que é que vai ser feito realmente e concretamente em relação a este assunto.-----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* sobre a USF “Arcos de Murta”, evidenciou que aquilo que deveria ter sido a criação de uma infraestrutura que permitisse ser um ganho nos cuidados de saúde para as populações, infelizmente, foi transformado num problema. Aquilo que deveria ter existido desde o início que era uma certa racionalidade em tudo o que dizia respeito à implementação desta nova unidade de saúde, infelizmente é aquilo que não houve. Não houve racionalidade nesse processo e há data de hoje têm as reivindicações das populações com as quais desde já se solidarizam, mas, acima de tudo, o que interessa hoje é encontrarem soluções para voltar à racionalidade para resolver os problemas.-----

-----Destacou que o poder de decisão não está nos órgãos autárquicos, pois na área da saúde esse é um poder que as autarquias, quer câmara municipal quer as juntas de freguesia não têm.

O único poder que que têm é o poder de influência, é o poder de pressão e esses tem estado a ser usados.-----

-----Salientou que para resolver efetivamente este problema já têm uma administração na nova ULS do Oeste, incompleta é verdade, dado que falta um elemento, mas é esta administração, e esta nova entidade que tem o poder de conciliar as duas partes, os interesses da população e aquilo que é a prestação de cuidados de saúde.-----

-----Reforçou que à data de hoje, a USF “Arcos de Murta” está criada e tem 2 polos, pelo que agora há que operacionalizar os cuidados médicos no Maxial e nos Campelos, sendo disso que estão a falar.-----

-----Terminou indicando que da parte da Comissão Permanente de Saúde já solicitaram reuniões com a direção executiva do SNS e com a administração da ULS para encontrar soluções de racionalidade que sirvam os interesses das populações, porque é por eles e é com eles que estarão sempre em defesa das populações.-----

-----Relativamente às diversas intervenções reportadas à situação da saúde, a **presidente da Câmara** disse que as mesmas não se referiam exclusivamente à extensão do Polo do Maxial, mas à saúde no território de Torres Vedras, porque efetivamente é exatamente pelas carências que têm em termos globais e pelas dificuldades de atração de médicos, de existência de médicos e outros profissionais de saúde no concelho que as coisas se agudizam e se tornam mais difíceis de gerir no dia a dia.-----

-----Quanto à unidade de saúde familiar que está sediada no Ramalhal disse que repetiria o que fez referência na última Assembleia, lembrando que foi constituída e, registada como sendo uma USF com dois polos, um no Maxial e um polo nos Campelos, por indicação expressa do conselho executivo do Serviço Nacional de Saúde, sendo essa situação que existe e deve funcionar da forma a que os municípios têm direito e é exatamente nesse sentido que têm trabalhado, ou seja, com proximidade com quem tem o poder de decisão, e que era há bem pouco tempo, o conselho executivo do SNS, na pessoa da doutora Fátima Fonseca.-----

-----Daquilo que sabe ao dia de hoje, e também se deslocou na semana passada ao Maxial, com o senhor secretário de Estado Carlos Miguel, e com a responsável pela Unidade Local de Saúde, a doutora Elsa Baião que é a interlocutora do processo nesta altura, fez notar que houve da parte desta dirigente a maior disponibilidade para que o polo funcionasse da forma correta, com as equipas médicas devidas e que lhe transmitiu que estão a funcionar 2 tardes por semana, que a doutora Susana já não está a fazer exclusivamente atendimentos a bebés, e que havia um outro médico que fazia 1 hora e meia, mais 2 tardes por semana.-----

-----Frisou que de qualquer forma não deixam de continuar a pressionar quem tem o poder de decisão, para que haja mais tempos atribuídos e retorne àquilo que era anteriormente e a Câmara

Municipal continuará a fazer exatamente esse trabalho para que seja cumprido o que foi dito nas reuniões que houve conjuntamente com os presidentes de junta e o conselho executivo do SNS. --

-----Esperam da parte do Conselho de Administração na Unidade Local de Saúde, que continue a envidar esforços para ter a solução correta para os polos em causa quer para o Maxial quer para a manutenção no caso dos Campelos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CAMPANHA ELEITORAL - ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2024: -----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* começou por anunciar que a sua intervenção surge porque não podiam olvidar que estão em campanha eleitoral, que está a decorrer a nível nacional, mas que também implica Torres Vedras, um dos principais concelhos do distrito de Lisboa, com mais de 400 quilómetros quadrados e com uma pujança económica e social relevante. -----

-----Salientou que era importante dar conta do quanto Torres Vedras deve continuar a ter influência em Lisboa, sem importar a cor partidária, e se ele obviamente defende as cores do PSD e neste caso da Aliança Democrática, enfatizou o facto de se pretender e pensar que será equacionável a eleição do companheiro Marco Claudino, bem posicionado na lista para defender não apenas Lisboa, mas também o Oeste, nomeadamente Torres Vedras, sobretudo nos pontos que foram amplamente aflorados nas intervenções que o antecederam.-----

-----Neste contexto, referiu-se à saúde, que se enquadra no que tem sido o manifesto e a postura do PSD de Torres Vedras desde sempre e sobretudo, mais inflacionado, mais enfatizado desde há alguns meses, após a eleição da Comissão Política Concelhia atual dirigida pelo companheiro José Damas Antunes.-----

-----Ainda relativamente à campanha eleitoral deu nota que tem corrido, fantasticamente, com civismo, mas o que interessa é defender os pontos que são críticos em Portugal, mas também em Torres Vedras, nomeadamente a educação e como já afirmou, a saúde.-----

-----Deu nota ainda que em linha com os cartazes que o PSD colocou há uns meses atrás, enfatizam 3 ou 4 pontos, nomeadamente, a construção do hospital, a manutenção do projeto e a manutenção do espírito que tem estado vigente para que o hospital do Oeste possa vir a curto ou a médio prazo, ter a sua construção, um ponto importante, devidamente transmitido ao líder da coligação de que o PSD faz parte.-----

-----Também deu nota da visita que fizeram à Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras, a principal associação desportiva do concelho, tendo sido importante que o presidente do PSD, Luis Montenegro, tivesse a perceção do quanto é marcante a instituição, e para além do Hospital do Oeste, a perceção da relevância do Medicina.UlLisboa - Campus Torres Vedras, que visitaram no dia anterior e onde foram muito bem acolhidos pela presidente de Câmara, o que enfatizou e agradeceu.-----

-----Finalmente salientou, sobretudo para os concidadãos do Maxial, a importância da visita da candidata a deputada pela AD, Ana Paula Martins, que defendeu a manutenção dos polos, nomeadamente no caso vigente, dos polos de Maxial e de Campelos. -----

-----Afirmou que é o que o PSD de Torres Vedras defende, e que o torriense candidato a deputado Marco Claudino certamente defenderá na Assembleia da República e que a coligação AD pretende que seja melhorado, tendo em conta que Torres Vedras é um dos principais concelhos, certamente um dos concelhos mais poderosos do distrito de Lisboa, mas que muitas vezes tem sido esquecido. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO PARA A GESTÃO PARTILHADA DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS INTER-REGIONAL, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS CELEBRADO ENTRE A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA E A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE CIMOESTE: -----

-----O *deputado municipal Jorge Santos*, começou por anunciar que traz este tema em representação do UTV pela sua atualidade e importância pelas eventuais consequências positivas ou negativas, que podem trazer consequências gravosas, para os interesses dos cidadãos.-----

-----A este propósito, fez um breve historial do processo, atentando em 2 momentos, ou seja, quando a Assembleia Municipal, no dia 1/09/2016 tomou conhecimento da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências, no âmbito do regime jurídico do serviço público de transportes de passageiros, a celebrar com a Comunidade Intermunicipal do Oeste, e posteriormente, no dia 23 de fevereiro quando foi submetida sob proposta da Câmara Municipal à apreciação da Assembleia Municipal, uma recomendação ao conselho intermunicipal sobre o título “Uma nova mobilidade para o Oeste” recomendando que “o modelo de mobilidade no território da Comunidade Intermunicipal do Oeste processar-se-ia através de um operador interno e a Constituição desse operador interno traduzir-se-ia na participação da Comunidade Intermunicipal do Oeste, na estrutura acionista de uma sociedade comercial, detida por um operador já presente no território, assumindo o controlo da mesma através de uma detenção de 51%.” -----

-----Lembrou que nessa sessão, todas as forças partidárias manifestaram as suas dúvidas e convicções mais ou menos próximas, numa realidade que uns querem ver de “leite e mel” e outra perspetiva, em que vêm alguns elementos perturbadores. -----

-----Ainda a este propósito, deu nota que o UTV tomou conhecimento que amanhã, numa reunião ordinária do Conselho da Comunidade Intermunicipal do Oeste, consta no ponto 4 da ordem de trabalhos uma minuta de aditamento ao “Contrato interadministrativo para a gestão partilhada do serviço público de transporte rodoviário de passageiros Inter-regional, no âmbito do regime jurídico

de serviço Público de transporte de passageiros celebrado entre a Área Metropolitana de Lisboa e a Comunidade Intermunicipal do Oeste”.

-----Assim a primeira questão que fazem é que sendo uma minuta de aditamento é porque já há um contrato anterior a que este vai constituir a necessária prorrogação.

-----A este propósito referiu-se aos ecos que a imprensa local e até a imprensa nacional vai fazendo desta realidade que vai sendo trabalhada longe destes órgãos fiscalizadores com alguns indícios perturbadores, anotando que o jornal Badaladas dizia na sua edição de 07/02/2024, na sequência de uma entrevista feita à presidente da Câmara, que a dado momento diz que “já reuniu com a Barraqueiro para melhorar a situação, a propósito das falhas no acompanhamento e na possibilidade de transporte de conterrâneos no concelho que não têm possibilidade de deslocar e também não têm transportes públicos que sirvam os seus interesses, mas vimos muita resistência e percebemos que há dificuldades financeiras”.

-----Partindo do princípio que esta é a tradução fidedigna daquilo que foi dito, enfatizou que lhes causa desde logo alguma perplexidade que, sabendo-se que há dificuldades financeiras por parte de uma empresa, se pense em adquirir 51% da mesma e por outro lado pela defesa acérrima deste projeto, ou seja, de uma forma de solução, que apesar da sua bondade, traz com certeza a todos as maiores dúvidas em abraçar esta forma de resolução nestes termos.

-----Depois, relativamente a outra publicação feita noutra jornal, de âmbito regional de 23/2/2024, referiu ser curioso que nem a propósito dos valores há consonância, pois enquanto uma fala em € 5.600 milhões, e outro em € 5.800 milhões, mas todos os artigos, colocam uma tónica nesta forma de solução.

-----Acrescentou que não tendo dúvidas que os transportes públicos de passageiros, não vão ao encontro dos interesses e das necessidades dos municípios nos vários concelhos que integram a comunidade intermunicipal, mormente no concelho de Torres Vedras, e que podem e devem ser melhorados, têm sérias e fundadas dúvidas quanto a esta pretensa solução, designadamente em razão do modelo do negócio, a nível da sua coordenação os vários concelhos, as participações no âmbito deste negócio, o impacto do negócio para os municípios e a operacionalidade dos transportes, designadamente nas zonas mais rurais, porque estão perante um negócio de utilização intensiva de capital, decorrente, quer do tipo de veículos de meios que são utilizados, do tempo de vida útil dos equipamentos, da necessidade de substituição dos equipamentos por outros com custos progressivamente mais elevados. Estão a falar da substituição de meios de transporte que utilizam combustíveis fósseis, para combustíveis elétricos, para veículos elétricos que são substancialmente mais caros.

-----Consequentemente, frisou que o UTV vai dirigir formalmente um pedido para que lhe sejam entregues vários documentos, para que possam avaliar as questões, quer jurídicas, quer

económicos subjacentes, designadamente o referenciado contrato interadministrativo em título e os estudos subjacentes ao projeto, para poderem exercer as prerrogativas que lhes assiste de fiscalização e de informação.-----

----Antes de concluir deu ainda nota de uma noticia de 11/02/2024 do Jornal de Notícias sobre o tema “Governo adverte os prejuízos na rede de transportes públicos” que dizia “Os autarcas devem refletir sobre as medidas que estão a implementar na exploração de redes de transportes públicos, caso as receitas sejam inferiores aos custos. O governo alerta os autarcas para o risco de acumulação de prejuízos de gestão de redes locais e intermunicipais de transportes públicos. O executivo reforçou as verbas de apoio à oferta e densificação de serviço com o novo programa Incentivo a mais TP – Transportes Públicos, mas não dará verbas adicionais para cobrir défice de exploração. Esses prejuízos terão que ser pagos pelas câmaras.”-----

----Assim e dada a importância do tema, o UTV tudo fará para estarem perfeitamente esclarecidos e conseguirem esclarecer os cidadãos nestas questões.-----

----Atenta a intervenção proferida a **presidente da Câmara** confirmou que foi aprovado, quer em executivo intermunicipal quer depois na assembleia intermunicipal, um procedimento prévio contratual, para um modelo de mobilidade, com a constituição de um operador interno e aquisição de 51% a uma entidade.-----

----Deu nota ainda que no executivo intermunicipal, o contrato foi aprovado por unanimidade, lembrando que é uma situação que não vem de hoje, já vem de alguns anos este trabalho e que deriva do facto de haver dificuldades muito substantivas na prestação de um serviço público de qualidade às populações. -----

----Não vai garantir que será o modelo ideal, mas tem a confiança profunda de que é o modelo que irá vigorar, e que será muito fácil para trabalharem, no entanto, aguardam para ver como é que vai evoluir, lembrando que este procedimento pré-contratual está sujeito ao parecer da Autoridade Nacional de Transportes e do Tribunal de Contas e só depois poderá haver a consubstanciação deste procedimento contratual.-----

----Acha que ainda vão voltar a falar muitas vezes relativamente a este procedimento, mas da sua parte e dos outros presidentes dos diversos municípios há o interesse de que haja uma nova reunião, em que possam ser explicitados todos os procedimentos, quer em termos jurídicos, quer em termos económicos, com as entidades que fizeram este trabalho, que será muito útil e deve ser solicitada com alguma brevidade. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARNAVAL 2024: -----

----O *presidente de junta de Santa Maria, São Pedro e Matacães, David Lopes* interveio no sentido de falar do Carnaval de Torres Vedras, que marcou o fim das comemorações do

Centenário do Carnaval de Torres Vedras, e que como habitualmente contou com a participação de milhares de foliões. -----

-----Assinalou que a preparação deste evento decorreu com uma grande envolvimento entre as equipas da Promotorres e Câmara Municipal, com a colaboração da Junta de Freguesia e Serviços Municipalizados, bem como das várias entidades que têm um papel importante e fundamental para o mesmo, destacando neste capítulo as entidades relacionadas com a segurança e socorro. -----

-----Deu também nota que da organização e produção do evento fizeram parte mais de 120 elementos, cerca de 1.500 elementos das equipas de segurança, socorro e saúde pública (Proteção Civil de Torres Vedras, Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, Cruz Vermelha Portuguesa, INEM, Saúde Pública, PSP, GNR, Segurança Privada) e foi feito um reforço do número de câmaras de vídeo vigilância, com um total de 16 unidades instaladas. -----

-----Quanto às ocorrências anotou que foram registadas 153 relacionadas com cuidados de saúde, segundo registo da Cruz Vermelha Portuguesa em contraponto aos 164 registos em 2023 e foram realizados 77 transportes em ambulância para o Posto Médico Avançado, registo dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, tendo sido 158 em 2023. -----

-----Acrescentou que o evento decorreu em condições meteorológicas adversas, que originaram o cancelamento do curso escolar e a diminuição de participantes e visitantes no curso diurno de domingo, justificando os cerca de 450.000 participantes, ou seja, uma redução face às 2 últimas edições, mas que não demoveram os foliões de participar nos festejos, pelo que a edição de 2024, foi ainda assim, um sucesso. -----

-----Também realçou o alargamento da área fechada do recinto de animação noturna até à Praça Alberto Avelino e a eliminação do palco da Praça Machado Santos, local que funcionou como área de descompressão, tendo este ano disponíveis para acesso ao evento, 13 portas de acesso e 9 bilheteiras. -----

-----Deu nota ainda que o Carnaval de Torres Vedras foi um Eco Evento da Valorsul, proporcionando formação e apoio para a gestão adequada de resíduos, disponibilizando uma contrapartida financeira calculada em função do desempenho ambiental do evento, tendo sido recolhidas seletivamente 8,9 toneladas de resíduos de embalagem, (4,2 toneladas em 2023). -----

-----Frisou que os números que referiu testemunham o sucesso do Carnaval de Torres Vedras em 2024, mas não são os únicos, deixando uma palavra de apreço para todos os que contribuíram mas, muito em particular para os 27 colaboradores da Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, que uma vez mais desempenharam o seu trabalho de forma exemplar, fazendo parte de uma vasta equipa, composta por várias entidades como os serviços municipalizados e outras entidades contratadas, com mais de 70 elementos, que muito

contribuíram para o sucesso do evento, que depende também do trabalho de manutenção dos espaços públicos onde decorre. -----

-----A **presidente da Câmara** agradeceu as palavras do autarca, e tal como fez o presidente da Assembleia, agradeceu também a colaboração, não só na limpeza, mas nos vários contributos que deu crendo que de uma forma geral, as coisas correram da forma como fez referência.-----

-----Sobre o evento em si especificou que o Carnaval é preparado com imensa antecedência e é um trabalho de equipa muito participado para que decorra de forma calma, e para que transmita para o exterior a sensação da segurança, ou seja, um trabalho muito intenso e onde o senhor presidente de junta participou desde o início. -----

-----Aproveitou para mencionar uma questão suscitada aquando do cancelamento do curso escolar, referindo-se concretamente à existência de um plano B, assegurando que o plano B está conversado com as escolas já muitos anos na eventualidade de haver esse cancelamento, o que veio a acontecer. É impossível pôr 9000 pessoas a passear debaixo da pala do Pavilhão Expo, como foi sugerido, por isso quando fazem a sugestão é preciso ter noção de quantas são as pessoas envolvidas, num evento desta natureza.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CENTRO DE ARTES E CRIATIVIDADE E MUSEU MUNICIPAL: -----

----- A **deputada municipal Ana Féis** na sessão ordinária de dezembro do ano transato, no âmbito da discussão da proposta de regulamento do Museu do Ciclismo Joaquim Agostinho manifestou interesse em ter informação sobre número de bilhetes vendidos e entradas em cada um dos museus título, referente ao ano de 2023 para ter uma perceção da sua frequência, concretizando o pedido, uma vez que já é possível apurar os mesmos. -----

-----O **Presidente da Assembleia** informou que a câmara está a consolidar os dados das entradas e das utilizações de 2023 e logo que estiverem apurados, essa informação será dada. ---

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: -----

-----A **deputada municipal Ana Fiéis**, voltou a insistir na necessidade de repavimentar a rua Dr. Carlos França, já suscitada na sessão anterior, mesmo sabendo que a edil disse que não era prioritária, mas que rapidamente passará a ser porque está realmente em muito mau estado, solicitando que anote e que esta situação seja verificada.-----

-----A **presidente da Câmara**, relativamente à questão de não ser prioritária explicou que apenas quis dizer que não seria a primeira a ser intervencionada, porque há um vasto conjunto de ruas em toda aquela zona muito carenciada, contudo o vereador do setor que estava presente tomou a devida nota.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Período da Ordem do dia:-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

-----O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 6 de 19 e 20 de dezembro de 2023 tendo a Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade a ata apresentada.-----

1 – PROPOSTA N.º 1/CM/2024 - TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTE AO ANO DE 2023 – DEDUÇÃO FIXA PARA AGREGADOS COM FAMÍLIAS DEPENDENTES – CORREÇÃO DECORRENTE DA PUBLICAÇÃO DA LEI N.º 56/2023, DE 6/10/2023:-----

-----Presente ofício número 171 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 17/01/2024 a dar conhecimento que a câmara, em sua reunião de 16/01/2024, tomou conhecimento que, decorrente da publicação da Lei n.º 56/2023, de 06/10/2023, os montantes da redução da taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente dos sujeitos passivos, ou do seu agregado familiar, atendendo ao número de dependentes, aprovado foram alterados.---

-----O **presidente da Mesa** informou que as deduções fixas aprovadas pela Assembleia Municipal em 19 de dezembro do ano findo têm que ser corrigidas de acordo com a lei vigente, uma vez que aprovaram com base na legislação anterior.-----

-----Devidamente esclarecido, o plenário passou à votação do assunto.-----

-----A Assembleia Municipal atentas a sua competência prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou por unanimidade, retificar a sua deliberação de 19/12/2024 e nessa sequência de acordo com a Lei n.º 56/2023, de 06/10/2023 aprovou, que as deduções fixas para os agregados com famílias dependentes sejam as seguintes:

-----Número de dependentes a cargo: 1 - € 30,00; 2 - € 70,00 e 3 - € 140,00.-----

2 - PROPOSTA N.º 2/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPCÕES DO PLANO DE 2024 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 726, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/04/2024 a remeter a revisão em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, em sua reunião de 20/02/2024.-----

-----A **presidente da Câmara** explicou que de acordo com a Lei do Orçamento, para 2023, e após a aprovação do mapa “demonstração do desempenho orçamental” pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo de gerência que 2023 ascendeu ao montante de € 7.899.392,10. Para além deste valor destacou que a revisão integra ainda, do lado da receita, 11 milhões de financiamento no âmbito do Programa 1.º Direito para aquisição de habitação a custo a controlado, e a anulação da transferência de capital para os SMAS que estava no orçamento inicial no valor de 1.709.866,00. -

-----Assinalou que no total são cerca de 25 milhões para incorporar e distribuir pelas diversas por rubricas, umas para reforço das mesmas, outras para a sua abertura. -----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação.-----

-----Tendo presente a sua competência, prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade a 1.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2024 da Câmara Municipal de Torres Vedras:-----

-----Encontravam-se ausentes da sala Pedro Castelo, Paulo Valentim e Nuno Pinto. -----

3 - PROPOSTA N.º 3/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2024 - MAPA DA DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2023 E INTEGRAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2023 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:-----

-----Presente ofício número 729, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/02/2024 a remeter a 1.ª revisão em epígrafe de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, na reunião de 20/02/2024.-----

-----A **presidente da Câmara** explicou que esta revisão surge nos mesmos termos da anterior, visando a integração do saldo de gerência de € 5.824.122,00 dos quais € 1.372.897,00 foram utilizados para reforçar diversas rubricas da despesa corrente, € 2.741.359,99 para definir ações do PPI e €1.709.866,00 para reduzir o valor a transferir pela Câmara Municipal para financiar obras de investimento durante 2024,-----

-----A propósito desta redução, que considerou uma ótima notícia, pois traduz que os SMAS vão equilibrando as contas e vão tendo capacidade de fazer investimentos sem que a Câmara Municipal transfira valores para o efeito, disse que foi resultado das atualizações das tarifas, e explicou que a nível das tarifa dos resíduos sólidos urbanos, que tantas vezes é manchete do jornal e de cartazes, significou € 1,15 por cada mês para um cliente doméstico médio, e em 2023, significou € 1,29 cêntimos por mês, que são valores admissíveis para a qualquer agregado familiar com consumo médio de 120 metros cúbicos por ano, ou seja atualizações perfeitamente justificáveis porque permitem a consolidação das contas do próprio SMAS como se vê. -----

-----O **deputado municipal Rui Estrela** anunciou que o UTV, iria votar a favor, pois uma revisão orçamental é um ato gestão e aguardam as contas finais para a devida apreciação. -----

-----Relativamente ao que acabou por ser dito pela senhora presidente da Câmara, não podem estar minimamente de acordo com a ação de branqueamento que se procura fazer a um estudo que foi apresentado nesta assembleia, que já foi apelidado de pouco credível ou nada credível pelo próprio, ex-diretor delegado dos SMAS e assim não vão minimizar um ato que consideram

grave.-----
----Reforçou que houve um estudo que serviu de base a uma votação desta assembleia, estudo que era não era credível segundo considerou até o próprio Partido Socialista. -----
----Concluídas as intervenções, o presidente da Mesa submeteu à votação o assunto.-----
----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência, prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade aprovar 1.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2024 - mapa da demonstração do desempenho orçamental de 2023 e integração do saldo da gerência de execução orçamental de 2023 dos serviços municipalizados de água e saneamento.-----

4 - PROPOSTA N.º 4/CM/2024 - APRECIACÃO DE DECLARAÇÕES PARA CUMPRIMENTO DO ART.º 15.º, DA LEI N.º 8/2012 DE 21/02, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA SANEAMENTO:-----

----Presente ofício número 489 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 01/02/2024, a remeter para cumprimento da alínea c), do n.º 2, do artigo 15.º, da Lei n.º 8/2012 (LCPA), de 21/02, na sua atual redação, cópias das declarações exigidas nas alíneas a) e b), do n.º 1, do mesmo artigo, a fim de serem submetidas à apreciação deste órgão deliberativo.-----

----A **presidente da Câmara** disse que se tratava meramente de dar a conhecer as declarações dos compromissos plurianuais, inexistência de dívidas e rendimentos em atraso, deste serviço, em cumprimento da legislação.-----

----A Assembleia Municipal para cumprimento da alínea c), do n.º 2, do artigo 15.º, da Lei n.º 8/2012 (LCPA), de 21/02, na sua atual redação tomou conhecimento das declarações exigidas nas alíneas a) e b), do n.º 1, do mesmo artigo:-----

----Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2023;-----

----Declaração de inexistência de dívida a fornecedores a 31 de dezembro de 2023: e;-----

----Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2023.-----

5 - PROPOSTA N.º 5/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO EM TORRES VEDRAS:-----

----Presente ofício número 724, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/02/2024, a remeter a proposta de alteração da estratégia local de habitação em Torres Vedras, de acordo com o deliberado pelo executivo por unanimidade em sua reunião de 20/02/2024.-----

----A **presidente da Câmara** começou por dar nota que em causa está a primeira alteração da Estratégia Local de Habitação de Torres Vedras, que produzirá efeitos relevantes no acordo de colaboração a Câmara Municipal celebrou com o IHRU em 17/12/2021, e que teve como base um levantamento de situações de indignidade em termos habitacionais no território, na altura incluindo um universo de 185 famílias abrangidas pelo 1.º Direito.-----

-----Para além da estratégia feita nessa altura, tem estado a ser realizada a Carta Municipal de Habitação que estará pronta brevemente, e foram sendo atualizados os diagnósticos relativamente à situação habitacional, detetadas por um lado mais situações de indignidade e, por um lado, uma diversidade de situações de carência que já não tem a ver propriamente com as questões indignidade, mas com a falta de habitação para outros estratos da população.-----

-----Assim pretende-se reforçar a capacidade de resposta do município, tendo em conta esta diversidade de necessidades que foram identificadas nos últimos tempos em diagnóstico e, por isso, o alargamento das respostas previstas ao universo de agregados que, não sendo já elegíveis para o regime de renda apoiada, carecem igualmente de dificuldades económicas e habitacionais enquadradas em regime de renda condicionada. Para que possam adotar algumas medidas e, nomeadamente, o que vem no ponto seguinte da ordem de trabalhos, fazer uma oferta pública de aquisição de habitação para o programa no âmbito do Programa 1.º Direito, houve necessidade desta alteração.-----

-----O *deputado municipal António João Bastos* indicou que leu o plano em apreço, um documento que considerou muito exaustivo, que revela muito trabalho por parte dos técnicos, está bem fundamentado e tem subjacente um grande investimento por parte da Administração Pública (central e local), ao qual nada tem a apontar e o voto do PSD será de aprovação.-----

-----Antes de colocar o assunto à votação, o *presidente da Mesa* destacou a importância de o município poder promover, no âmbito do Programa 1.º Direito, rendas condicionadas permitindo chegar a famílias que têm rendimentos já mais elevados, o que abre o leque de possibilidades de concorrência de maior número de pessoas.-----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea h), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade aprovar a proposta de alteração da Estratégia Local de Habitação em Torres Vedras.-----

6 – PROPOSTA N.º 6/CM/2024 - AUTORIZAR A PROPOSTA DE OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO AO ABRIGO DO PROGRAMA 1.º DIREITO - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO:-----

-----Presente ofício número 728 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/02/2024, a dar conhecimento que em sua reunião de 20/02/2024, considerando a necessidade de reforçar a capacidade de resposta do Município de Torres Vedras no domínio da habitação, atenta a dimensão e a diversidade de situações identificadas em diagnóstico, e de melhorar a sua operacionalização, seja prevendo novas formas de execução seja intensificando aquelas que se revelaram de maior eficácia; e considerando que a alteração da Estratégia Local de Habitação do Município de Torres Vedras introduz um alargamento da dimensão e diversidade das respostas e uma maior flexibilização e diversificação das soluções habitacionais, deliberou, por unanimidade

submeter à Assembleia Municipal, autorização para efetuar a oferta pública de aquisição de habitação ao abrigo do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, promovido no quadro do Investimento REC02-i01/2021 pelo Plano de Recuperação e Resiliência, que se traduz na intenção de aquisição pelo município de até 13 frações de uso habitacional já edificadas e até 187 frações de uso habitacional em construção ou a construir. -----

----A **presidente da Câmara** assinalou que o município pretende reforçar a sua capacidade de resposta no domínio da habitação dada a diversidade e quantidade de situações de carência habitacional existentes no território. -----

----Disse também que no âmbito da estratégia local de habitação do município têm vindo a adquirir espaços habitacionais que estavam em ruína ou estavam em situação mais degradada, quer na cidade, quer noutras freguesias, com o objetivo de fazer projeto e a sua recuperação. ----

----Deu nota ainda que os 100% que o IHRU atribuiu por estas situações acabam por não ser 100%, porque só a aquisição da habitação degradada e a sua recuperação acarretam um valor que vai para além dos índices que estão no INE para a zona de Torres Vedras, levando a que o município tenha que suportar uma fatia grande do investimento, e por outro lado é um processo moroso pelo que há a necessidade de uma intervenção mais robusta e que permita um número maior de habitações com rapidez e nesse sentido surge esta proposta de adquirir até 187 frações de uso habitacional em construção ou a construir na cidade e 13 frações de uso habitacional já edificadas nas uniões das freguesias de, Campelos/Outeiro da Cabeça, Runa/Dois Portos, Maxial/Monte Redondo e Carvoeira/Carmões. -----

----Por último deu nota que estas 187 frações de uso habitacional em construção ou a construir têm que estar prontas até ao final do primeiro semestre de 2026, porque são financiadas pelo IHRU, mas no âmbito do PRR.-----

----O *deputado municipal* **António João Bastos** salientou que para a oferta pública em causa para adquirir as habitações acima mencionadas estão a falar de € 32.358.432,00 e que concorda com a opção de adquirir nas freguesias ditas do interior, pois é incentivo à fixação de população e contraria a desertificação do interior do concelho. -----

----Salientou ainda que está previsto o pagamento máximo de €1.711 euros por metro quadrado e embora concordando genericamente com os critérios de avaliação, ou seja 50% da avaliação é para o valor proposto, 35% para o estado de conservação e 15%, para a classe energética, sugeriu que se tire 5%, à classe energética e se atribua 5% à localização, para diferenciar habitações que serão eventualmente em sede de freguesia e outras que sejam nas aldeias circundantes, pois como é do conhecimento de todos a localização tem um peso forte no valor das casas. -----

----Quanto às restantes 187 habitações a adquirir no perímetro urbano da cidade, acha um pouco

otimista as obras estarem prontas no 1.º trimestre de 2026, pretendendo-se de acordo com o plano, adquirir 30 T1, 125 T2 e 32 T3, que dá uma média de € 160.000,00 para cada apartamento, e o valor máximo €1.711 por metro quadrado.-----

-----Também concorda com os critérios que neste caso são diferentes, pois 40% é para o valor proposto, 10% para a localização, 10% para a qualidade técnica da habitação e 40% para o prazo de execução, ou seja, dá-se um peso grande ao prazo de execução para ver se aquilo anda.-----

-----Sobre esta vertente, questionou se existem 187 apartamentos concluídos ou em construção, ou em fase de conclusão da cidade, no perímetro urbano da cidade, e se está na equação da regularização que se pretende do mercado da habitação, utilizar os lotes que fazem parte do património municipal por pagamento de compensações por equipamentos ou para pagamento das taxas, decorrentes das várias operações de loteamento que têm sido feitas ao longo dos anos. ----

-----No que respeita ao mercado de habitação, deu nota do que entende serem as razões porque chegaram a esta situação da falta de habitações, referindo a Lei n.º 56/2023 de 6/10, que aprova medidas, no âmbito da habitação, procedendo a várias alterações legislativas, com o objetivo da lei de garantir mais habitação. Considerou incrível por a maior parte das alterações serem a leis produzidas nos últimos 10 anos. -----

-----Reforçou que para haver investimento nesta área tem que haver regras claras, e esta contínua produção de leis que alteram outras e depois têm reflexo noutras é um entrave, criam uma confusão tal que leva as pessoas a desistir e até na própria Câmara, os técnicos vêm-se aflitos neste emaranhado de leis, pelo que é impossível haver um mercado de habitação.-----

-----Insistiu que a habitação chegou a este ponto por causa deste enredado de leis que estão sempre a cair, tendo ainda hoje sido publicadas mais 3 portarias, que levam as pessoas a desistir de investir e é esta afã do Estado de dominar tudo e estatizar tudo que não deixa o mercado funcionar, que os levou a esta situação.-----

-----O *presidente de junta da união das freguesias de Carvoeira e Carmões, Nuno Pinto* felicitou a presidente da Câmara assim como todo o seu executivo porque a proposta de alteração em discussão à estratégia local de habitação incluiu um valor de dois milhões para territórios de baixa densidade, sendo sobretudo dirigido a zonas de pressão, ou seja zonas de grande aglomerado urbano, quer de pressão de construção, quer de pressão do custo de renda, dirigido às cidades, mas o executivo decidiu aproveitar este instrumento para reforçar um caminho que foi iniciado em dezembro nesta Assembleia Municipal com a aprovação da Operação de Reabilitação Urbana do concelho de Torres Vedras. -----

-----Sabe que há muito caminho a percorrer, mas como diz todos os dias, o caminho faz-se caminhando, e tem muito orgulho de fazer parte deste caminho, e por honrar os princípios e os valores que representam. -----

-----Como nota final felicitou a equipa da Câmara que tem estado a elaborar este processo, um processo muito complexo e burocrático, mas bastante arrojado, dando os parabéns na pessoa do Arq.º André Batista que tem sido incansável. -----

-----O *deputado municipal Humberto Gomes* anotou que o UTV irá aprovar esta oferta pública, com a ressalva de que se fala muito em combater a desertificação, mas têm quase 2 milhões de euros para 8 freguesias e 15 vezes mais do valor para a cidade, pensando que com esta discrepância de valores, não se combate muito a desertificação, e também tem dúvidas se os senhorios terão capacidade para apresentarem as propostas de venda das frações habitacionais.-

-----Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação. -----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea i) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a proposta de oferta pública pelo Município de Torres Vedras de aquisição de habitação ao abrigo do Programa 1.º Direito - programa de apoio ao acesso à habitação. -----

7 - PROPOSTA N.º 7/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE TORRES VEDRAS: -----

-----Presente ofício número 727 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/02/2024 a remeter, tendo presente a competência do órgão deliberativo nesta matéria, a proposta de plano em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, em sua reunião de 20/02/2024. -----

-----O **Presidente da Mesa**, introduziu o assunto e deu a palavra ao plenário para se pronunciar. -

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* começou por dizer que o plano no global vai merecer a aprovação do UTV. -----

-----Salientou que se trata de um documento exaustivo e extenso, que até por isso é natural que tenha havido alguma dificuldade do cidadão comum em se pronunciar, pelo que sugeriu que o documento poderia ser dividido em 2 componentes, o diagnóstico e as medidas, atento o facto de o que vai impactar com o dia a dia das pessoas serão as medidas e será algo mais perceptível para todos. -----

-----Aproveitou ainda para alertar que é uma queixa habitual de quem se pronuncia em consulta pública de não terem resposta por parte da autarquia, o que no seu entender deve acontecer e para além disso, serem disponibilizados no site da Câmara as análises feitas em contexto de consulta pública, não só em relação a este, como a todos os outros planos. -----

-----Relativamente ao plano em si, chamou a atenção que fez algumas sugestões em sede de discussão pública, entre as quais, que fossem viabilizadas soluções técnicas de proximidade para a gestão e valorização dos resíduos agrícolas e o apoio a esse setor e também no que se refere à mobilidade suave, tendo em conta a sua importância, pois colabora para a utilização do espaço comum para todos, melhora a qualidade de vida urbana, enriquece a sociabilidade, melhora os

parâmetros de saúde pública, tanto a nível de saúde física como mental e têm alguns casos concretos no concelho em que as povoações à volta da cidade, numa área de menos de um quilómetro e meio, não tem acessos, para os peões, bicicletas e outros veículos não motorizados.

-----Neste contexto disse que deve haver ligações seguras destas zonas e ter condições para os peões, sendo impossível neste caso dissociar a localidade da Paul que é o caso mais flagrante, pois têm 4 faixas, a povoação de um lado, e a cidade a um quilómetro, e que embora exista o TUT também se podia ir a pé, como sempre foi feito pelos mais velhos.-----

-----Voltou a sinalizar a necessidade de assegurar que em todos os novos caminhos sejam projetadas faixas para peões, o que também deriva para uma questão de fiscalização, tanto em obra como na licença, pois quando é feita já está a impossibilitar qualquer movimento de peões. --

-----O *deputado municipal Francisco Corvelo* declarou que o plano em apreciação, parece ser um documento bem elaborado tecnicamente e que, à semelhança de outros que já têm apreciado, contém um conjunto de orientações que, do ponto de vista teórico, contribuirão para amenizar do ponto de vista do clima, os atentados à natureza e ao meio ambiente. -----

-----Todavia, o PCP acha que têm de ir mais além e questionar se vem contribuir para que sejam os grandes poluidores a pagar a fatura do ambiente, a poluição e a luta pela preservação do ambiente e não a generalidade da população como é o traço comum deste tipo planos, não apenas os planos municipais como até aos planos mais gerais de âmbito nacional ou até internacional. -----

-----Assim, gostariam que não fosse transformado em apenas mais plano para atirar para cima todas as responsabilidades que são sobretudo de poucos, e não podem aceitar que se muda alguma coisa para tranquilizar as consequências e quiçá obter mais troféus a serem exibidos e que, de resto, tudo continua na mesma.-----

-----Reforçou que existem sinais e práticas que contradizem o enunciado teórico deste plano, referindo-se mais concretamente à decisão relativamente recente, de aumentar substancialmente, a área de eucaliptal no concelho, com todas as consequências que daí advêm, seja em termos de substituição da floresta autóctone por uma floresta potencialmente incendiária e com as consequências que o próprio plano descreve, e reconhece, seja em termos de opções, seja das linhas de água, sobretudo dos aquíferos subterrâneos. -----

-----Outra realidade que choca frontalmente com este plano de ação climática é o que se passa com as linhas de água, existindo algumas continuamente poluídas e isto sem que haja qualquer ação que se saiba junto das entidades poluidoras, obrigando-os a corrigir as suas práticas e responsabilizá-los pelos males cometidos, ou será que agora com este plano esta prática passará a ser outra, o que esperam que aconteça, mas fica-lhes a dúvida. -----

-----Ainda em relação às linhas de água, verifica-se na generalidade a falta de limpeza das

mesmas, agravada com existência de várias represas para fornecimento de água à agricultura, que têm como que consequência direta, para além do mais, a retenção dos sedimentos que por sua vez iriam alimentar as praias que assim vão perdendo areia com as consequências conhecidas e reconhecidas de erosão da orla costeira, existindo soluções técnicas, nomeadamente com a construção de canais de rega que permitam melhor fornecimento de água à agricultura, sem constrangimentos próprios das represas.-----

-----Deste modo disse que o PCP acredita que as correções destas anomalias nas linhas de água venham a poder contribuir, por exemplo, para a reintrodução efetiva dos ruivacos do Oeste nos rios. -----

----- Por último constatam que o concelho de Torres Vedras sendo um concelho cujo consumo de combustível per capita é mais elevado e cuja utilização do transporte público é escasso, urgem estudos aprofundados e sérios sobre este problema, bem como soluções práticas e medidas concretas que invertam esta situação e para que tal aconteça, é necessária uma boa rede de transportes públicos, que sirvam as populações e que possa ser promovida como uma rede de qualidade em cujas populações possam confiar. Há que garantir uma boa aplicação prática das soluções propostas que uma vez mais não passem de um rol de boas intenções sem aplicação prática que a de exibição de mais um qualquer galardão. -----

-----Por sua vez o *deputado municipal Artur Narciso* salientou que o município de Torres Vedras está a dar passos significativos no combate às mudanças climáticas, destacando-se como um dos pioneiros no país a ter o seu Plano de Ação Climática, que foi apresentado publicamente dia 31 de janeiro, no auditório do Centro de Educação Ambiental. -----

-----Evidenciou que este documento tem mais de 400 páginas, sendo possuidor de uma análise impar e demonstrativo de onde estão, que ameaças os espera e que ações vão tomar, estando a abordagem adotada pelo município Torres Vedras centrada em 3 principais pilares de desenvolvimento, “sociedade, economia e ambiente”, ou seja, focado, naquilo que de facto, pode ser estratégico para as alterações climáticas, que é crucial garantir o compromisso e a participação ativa da comunidade local na transição para a energia sustentável e na adoção às mudanças climáticas e para além disso, busca promover o uso responsável dos recursos, estimular a adoção de tecnologias e soluções inovadoras que promovam a sustentabilidade e incentivar a implementação de uma economia circular. -----

-----Deu realce que o compromisso de Torres Vedras com a ação climática remonta a 2010, quando aderiu ao pacto dos autarcas, comprometendo-se a reduzir em 20% as emissões de gases de efeito estufa, no concelho e desde então, várias iniciativas foram desenvolvidas. -----

-----Salientou também a aprovação do plano para a sustentabilidade energética em 2013, a elaboração de estratégia municipal de adoção às alterações climáticas em 2016, e a definição de

objetivos de alcançar a neutralidade carbónica até 2050, meta estabelecida em 2021, e que o plano em discussão unifica estes dois planos, elaborados desde 2021, o plano de ação para a energia sustentável e o clima de Torres Vedras e o Plano Municipal de adaptação às alterações Climáticas de Torres Vedras.-----

-----O plano aborda 4 dimensões de mitigação das alterações climáticas, a descarbonização, eficiência energética, transição energética e capacitação, educação e sensibilização que se traduz em 25 medidas, desdobradas em 84 ações. Estas medidas visam reduzir até 2030, 41% do consumo de energia e 56% das emissões de dióxido de carbono no concelho, em comparação com 2009, sendo o objetivo final atingir até 2050, uma redução de 72% do consumo de energia e alcançar a neutralidade carbónica, ou seja, uma redução e, 100% nas emissões de dióxido de carbono em relação a 2009. Para avançar com esta visão, é essencial envolver uma ampla gama de partes interessadas, tanto públicas como privadas, que inclui o governo central, entidades públicas em todos os níveis administrativos, a câmara municipal e as juntas de freguesia, bem como os diferentes setores da economia e os cidadãos em geral. -----

-----Expressou os seus parabéns, uma vez que o município de Torres Vedras é o único do país que está a dar cumprimento à Lei de Bases do Clima, que os obrigava até fevereiro do presente ano a aprovar em Assembleia Municipal este plano, que foi elaborado tendo por base metodologias europeias, por um grupo de técnicos internos, plano este também baseado em guião da Agência Portuguesa do Ambiente, resultando neste excecional guião lhes permite alcançar estas metas. -----

-----Ainda sobre o assunto em título a *deputada municipal Ana Fiéis* disse que o Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente à semelhança do que os vereadores desta força partidária já fizeram na reunião do executivo. Consideram que o documento está bem elaborado tecnicamente, apresenta uma boa caracterização do território a nível de emissões de caracterização climática, capacidade adaptativa dos impactos climáticos futuros, vulnerabilidade climática atuais e futura e quais os territórios vulneráveis prioritários, entre outros. -----

-----Reforçou que lhes parece um bom instrumento de trabalho que deverá ser concretizado nos *timings* previstos e pugnam pela sua boa execução e pelo alcance das ações que nele são previstas. -----

-----Concluídas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo da sua competência estipulada na alínea h), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade aprovar o Plano Municipal de Ação Climática de Torres Vedras:-----

8 - PROPOSTA N.º 1/AM/2024 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES:-----

-----O presidente da Mesa deu a palavra aos presidentes das comissões: -----

Comissão Permanente de Urbanismo e Ordenamento do Território: -----

-----O presidente da comissão, **António João Bastos** começou por dar nota que foi publicado no dia 8/01 o Decreto-Lei n.º 10/2024 que aprova medidas para promover a habitação, reduzir os encargos e simplificar os procedimentos administrativos em matéria de urbanismo e ordenamento do território, a ser complementada com várias portarias, das quais três foram hoje publicadas. -----

-----Deu nota ainda que pediram reuniões com os técnicos da DGU por causa da revisão do regulamento municipal de urbanização e de edificação, com o gabinete de planeamento por causa das consequências a nível do plano diretor municipal e também com a área de regeneração urbana por causa dos processos de ARU vem à Assembleia Municipal para aprovação, no sentido de serem inteirados por estas equipas técnicas e quando forem confrontados no plenário com estes planos, estarem habilitados para tomar uma decisão mais fundamentada. -----

Comissão Permanente de Saúde: -----

-----O presidente da comissão, **Rui Prudêncio** referiu que a comissão solicitou reuniões com a direção executiva do Serviço Nacional de Saúde e com a administração da Unidade Local de Saúde com o objetivo de fazer um ponto de situação e de alguma forma também encontrar ou ajudar a encontrar algumas soluções para os problemas da saúde na área do concelho. -----

Comissão Permanente de Sustentabilidade: Mobilidade, Território e Ambiente: -----

-----O presidente da comissão, **Celso de Carvalho**, assinalou que na primeira reunião que realizaram no presente ano fizeram o agendamento anual e alguma elencagem dos tópicos a tratar em 2024. -----

-----Nessa reunião realizada no dia 6 de fevereiro decidiram reforçar algumas questões que ficaram por esclarecer pelo Vereador Nelson Aniceto, na sequência de uma reunião que tiveram o ano passado, e solicitar ao Vereador Francisco Martins, a observação de dois planos que interferem com a mobilidade em duas artérias específicas da cidade. Também solicitaram e já receberam a cartografia do município para facilitar a análise quando estão a discutir a mobilidade do concelho, aproveitando para agradecer a mesma à presidente da Câmara. -----

-----Por fim anotou que em junho fará um ano que a comissão fez uma visita às obras da Linha do Oeste e está previsto, nova visita para ver o desenvolvimento das mesmas. -----

Comissão Permanente de Economia e Demografia: -----

-----O presidente da comissão, **José Manuel Correia** informou que estão a desenvolver um trabalho de análise a um conjunto de indicadores, que já tinham sido distribuídos a todos os deputados e assumiram realizar um conjunto de ações agregando alguns desses indicadores tais como emprego/empresas, população/habilitações/família, no sentido de fazer uma caracterização demográfica. -----

-----Indicou que aguarda propostas dos membros da comissão, de entidades a convidar, ou

pessoas singulares ou coletivas, com vista à preparação de uma sessão temática para a qual todos os deputados serão convidados a participar, mas iriam reunir na próxima semana no sentido de programar ainda melhor todos esses trabalhos.-----

-----Aproveitou para agradecer o trabalho contínuo de todas as comissões, que vai beneficiando os deputados municipais para a melhor tomadas decisões sobre as diferentes propostas e diferentes análises que fazem na assembleia.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

9 – PROPOSTA N.º 2/AM/2024 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:---

-----Presente informação em título datada de 23/02/2024, reportada ao período entre 01/12/2023 e 31/01/2024 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 8. 159.071,64 e € 1. 726.387,96 de dívidas a fornecedores. -----

-----Antes de dar a palavra ao plenário o **presidente da Mesa**, apresentou o assunto e lembrou os deputados sobre questões factuais e de pormenor que se possam querer levantar no decorrer deste ponto da ordem de trabalhos, mas que poderão melhor ser respondidas de forma escrita pela Câmara Municipal. -----

-----Usou da palavra a *deputada municipal Marta Gerales* para questionar quem autorizou a colocação um traço contínuo em meia rotunda, na rotunda que liga a variante Poente à rotunda Joaquim Agostinho, pois quem vem do Aldi e queira sair para a variante na direção a Lisboa, fica preso à espera que alguém dê um “jeitinho”, levando deste modo ao entupimento do trânsito e se já há calendarização ou algum plano para o repavimento na EN 115-2, uma vez que estão a ser feitos trabalhos de limpeza e de passeios junto ao Sarge. -----

-----O *deputado municipal Humberto Gomes*, no seguimento da aprovação nesta Assembleia em dezembro último, do acordo de mutação dominial (passagem de estradas nacionais, da Infraestruturas de Portugal, IP, para o Município de Torres Vedras) e da não total informação dada aos membros da assembleia e mais importante, de não esclarecimento aos munícipes, de quais são as estradas em causa, indicou, como referido na cláusula 1.ª do citado acordo, que a IP passou para o domínio público rodoviário municipal os seguintes troços de estradas:-----

-----A) EN8-3 entre o km 0,00 e o Km 1,655 - Troço entre a estação de caminho de ferro do Ramalhal e o cruzamento com a EN8, dentro do Ramalhal (65 Km de extensão).-----

-----B) EN115-2 entre o km 2,352 e o km 15,446 - Troço entre a Aldeia Grande, passando por Maxial - Ermegeira - Sarge, até à rotunda da Decatlon (13,094 Km de extensão).-----

-----C) EN248 entre o km 0,023 e o Km 8,761- Troço entre Vila Nova da Espera, em Runa, atravessando a Caixaria - Ribaldeira - Dois Portos, até ao limite do concelho com o do Sobral Monte do Agraço (8,738 Km de extensão).-----

-----D) N248-1 entre o km 1,664 e o Km 3,000 -Troço desde a Feliteira até ao limite do concelho com o Sobral de Monte Agraço – (1,336 Km de extensão).-----

-----E) EN361-1 entre o km 9,933 e o Km 11,385 - Troço entre a estação de comboios do Outeiro da Cabeça e cerâmica, na estrada em direção a Campelos – (1,452 Km de extensão).-----

-----F) EN374 entre o km 0,022 e o KM 4,642 - Troço entre Dois Portos, passando por Buligueira – Sirol, até S. Domingos de Carmões – (4,62 Km de extensão).-----

-----G) EN374 entre o km 4,642 e o Km 10,505 - Troço entre S. Domingos de Carmões passando Carreiras, até à EN 9 em Carvoeira – (5,864 Km de extensão).-----

-----Pronunciou-se de seguida o presidente de junta da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, **José Damas Antunes** para manifestar a sua satisfação por constar na informação em apreço a requalificação de arruamentos na freguesia de Campelos/Outeiro da Cabeça, mas alertou que há cerca de 150 metros na estrada Giestas, onde a junta este ano já tapou os buracos com massas frias, que tem vindo a agravar-se e necessita intervenção antes desta que está planeada, assim como um pequeno troço na estrada de Olho Polido.-----

-----Reforçou que são questões urgentes, que não podem esperar, já tendo referido isso mesmo ao vereador do pelouro, esperando que tenha isso em atenção.-----

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* também pediu a palavra para complementar a sua intervenção anterior sobre algo que também tinha sido referenciado na reunião da Comissão Permanente de Sustentabilidade, da qual faz parte, que é a necessidade de haver, para a promoção do transporte público, divulgação dos horários e dos circuitos em todas as paragens do TUT.-----

-----Interveio de seguida o *deputado municipal Pedro Castelo*, lembrando que fez muitas intervenções sobre o viaduto da Avenida Poente que continua na mesma, e que com o tempo não deve ter melhorado, e agora vem falar da Ponte de S. Miguel onde deve ter havido alguém mais descuidado que há cerca de um mês bateu no gradeamento, e a autarquia deve dar primazia à resolução urgente deste tipo de problemas.-----

-----Do mesmo modo referiu que o município asfaltou a estrada da passagem de nível a seguir ao Casal da Paródia, que depois junta à estrada nacional que vai para o Ameal, onde há uma zona que é estreita e perigosa e já alguns veículos ficaram na valeta, deixando este apontamento para que o município possa ter atenção a isto.-----

-----Por sua vez o presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, **David Lopes** felicitou a Câmara Municipal porque ao fim de tantos anos de reivindicação, no documento em análise consta a elaboração dos projetos para requalificação de arruamentos em Matacães, para ser este ano efetuado, sendo um bom sinal que vão cumprir com aquilo que se propuseram.-----

-----Referenciou a intervenção do colega Humberto Gomes que não iria comentar, porque também teria que referir quase todas as estradas que estão identificadas na localidade de Matacães, para reafirmar a sua satisfação por ver finalmente concretizado este desejo do seu executivo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

9.1 - PROPOSTA N.º 3/AM/2024 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal, cujos ofícios abaixo indicados se encontram arquivados em pasta anexa ao livro das atas:-----

-----Ofício número 725 de 20/02/2024 – deliberação de 20/02/2024; ofício número 488, de 01/02/2024 – deliberação 30/01/2024; ofício número 175 de 17/01/2024 – deliberação de 16/01/2024; ofício número 25 de 5/01/2024 – deliberação de 03/01/2024 e ofício número 7659 de 21/12/2023 – deliberação de 19/12/2023.-----

10 - PROPOSTA N.º 4/AM/2024 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

-----O *presidente da Mesa* disse que iriam passar a uma parte muito triste dos trabalhos e que hoje ainda ficou mais triste, pois para além dos três votos previamente distribuídos pelos deputados municipais tinha sido entregue na mesa outro voto, de um seu colega de escola, que passaria a ler de imediato, dando nota da metodologia a seguir.-----

VOTO DE PESAR – JACINTO CARLOS DA CONCEIÇÃO:-----

-----“Jacinto Carlos da Conceição nasceu a 06 de dezembro de 1958, em Torres Vedras.-----

-----Faleceu ontem, ontem, aos 65 anos.-----

-----O Dr. Jacinto Carlos da Conceição licenciou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e inscreveu-se como advogado em 3 de março de 1993. Exerceu advocacia desde aí em Torres Vedras.-----

-----Foi sempre um advogado e um homem que demonstrou um forte sentido de justiça, dedicação, lealdade e honestidade.-----

-----Tocou todos com quem se cruzou com laços de amizade e respeito, sendo reconhecido como um homem de bem.-----

-----Propõe-se que a Assembleia delibere:-----

-----Aprovar o presente voto de pesar;-----

-----Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências;-----

-----Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.-----

-----Torres Vedras, 28 de fevereiro de 2024.-----

-----O Grupo municipal do PSD” -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o voto de pesar acima transcrito pelo falecimento de Jacinto Carlos da Conceição e observou um minuto de silêncio em sua homenagem.-----

VOTO DE PESAR - MARIA DE FÁTIMA DE SOTTOMAYOR NEUPARTH BELCHIOR:-----

-----“Faleceu durante a noite do passado dia 8 de janeiro, aos 86 anos, Maria de Fátima de Sottomayor Neuparth Belchior (que todos conhecemos carinhosamente por Taty). -----

-----Nascida em Lisboa, veio para Torres Vedras, em 1963, ao casar com o nosso conterrâneo Pedro Belchior.-----

-----Na bagagem trouxe experiência profissional como educadora e, em 1970, começou a ministrar aulas de religião e moral na Escola Henriques Nogueira até 1973. -----

-----Um ano depois, movida pelo ímpeto da intervenção cívica envolveu-se na criação da Creche do Povo, inaugurada em dezembro nas antigas instalações da legião portuguesa, ao lado do Teatro-Cine. -----

-----Mais tarde, em 1982, assumiu a responsabilidade pela área educativa do Centro Social e Paroquial, então sediado numa dependência da Igreja de Santa Maria, no castelo. -----

-----Mas também outras experiências do género no Paul, Catefica e Louriceira, integradas na função pública, surgiram e foram entretanto abraçadas e desenvolvidas pela Taty. -----

-----Para além disso, sempre desenvolveu paralelamente todo um manancial de forte intervenção e espírito cristão na doação de vida e alma às causas nobres que concretizava. -----

-----Por ser uma mulher profundamente crente, pendor que herdou desde cedo da família, foi grande o seu contributo para a comunidade torriense, principalmente junto de crianças e jovens. --

-----Foi membro da direção estatutária e diretora pedagógica da Creche e Jardim de Infância do Centro Paroquial entre 1987 e 2012. -----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras delibera dirigir ao Marido e à família enlutada o seu mais profundo pesar. -----

-----Torres Vedras, 28 de fevereiro de 2024” -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o voto de pesar acima transcrito pelo falecimento de Maria de Fátima de Sottomayor Neuparth Belchior e observou um minuto de silêncio em sua homenagem: -----

VOTO DE PESAR - MARIA TEREZA SOUSA DE MOURA GUEDES:-----

-----“Faleceu no passado dia 23 de janeiro, aos 89 anos Maria Tereza de Sousa Moura Guedes. Era licenciada em Filologia Românica, mestre em Literatura Francesa e doutorada em Letras (Literatura Francesa). Exerceu funções docentes na Faculdade de Letras da Universidade de

Lisboa, no Departamento de Literaturas Românicas. -----
----Para além da carreira docente, foi Diretora-Geral do Ensino Superior em 2002.-----
----Torriense ativa na cultura, apaixonada pela literatura, critica literária também, podem-se encontrar muitos artigos seus no jornal Badaladas. -----
----Foi alguém com grande sentido e intervenção cívica e política na nossa terra. Como militante do PSD fez parte de comissões políticas concelhias e da distrital durante vários mandatos, chegando a ser presidente da mesa da assembleia distrital do PSD.-----
----Foi autarca no nosso concelho, fez parte da assembleia Municipal no mandato de 1994 a 1997.-----
----Com o seu falecimento o concelho de Torres vedras perde uma pessoa culta, de fino humor, alegre e naturalmente simpática.-----
----A Assembleia Municipal de Torres Vedras delibera dirigir à família enlutada o seu mais profundo pesar, bem como ao Partido Social Democrata Torriense.-----
----Torres Vedras, 28 de fevereiro de 2024” -----
----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o voto de pesar acima transcrito pelo falecimento de Maria Tereza de Sousa Moura Guedes e observou um minuto de silêncio em sua homenagem: -----
VOTO DE PESAR – MARIA DE FÁTIMA DAS DORES LOPES AVELINO: -----
----“Maria de Fátima das Dores Lopes Avelino, nasceu em 1944, nas Caldas da Rainha.-----
----Após acabar os seus estudos na Escola Industrial e Comercial de Caldas da Rainha, prosseguiu a formação académica em contabilidade, no Instituto Comercial de Lisboa (atual ISCAL).-----
----Sendo seu desejo seguir a via do ensino, foi colocada em Torres Vedras na então Escola Comercial, em 1967, mais tarde Escola Secundária Henriques Nogueira, onde, até se aposentar em 2003 lecionou as disciplinas de contabilidade e calculo financeiro.-----
----Apaixonada por Itália, país onde viveu ainda adolescente, na sequência da atribuição de uma bolsa de estudo atribuída pelo Instituto Italiano, já aposentada, retomou as aulas no Instituto Italiano de Lisboa e, com a fundação da Associação para a Universidade da Terceira Idade de Torres Vedras, partilhou durante cerca de 20 anos os seus conhecimentos nas aulas que minuciosamente preparava de Língua e Cultura Italiana. Deu última aula no dia 30/11/2023. -----
----Faleceu em Lisboa, no dia 30 de janeiro de 2024, vítima de doença oncológica. -----
----A Assembleia Municipal de Torres Vedras delibera dirigir à família enlutada o seu mais profundo pesar. -----
----Torres Vedras, 28 de fevereiro de 2024” -----
----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o voto de pesar acima transcrito

pelo falecimento de Maria de Fátima das Dores Lopes Avelino e observou um minuto de silêncio em sua homenagem: -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 23.45h o Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
